

Demonstrações Financeiras

Pjus Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Pjus Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido7

Demonstração dos fluxos de caixa.....8

Notas explicativas às demonstrações financeiras9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Pjus Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pjus Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pjus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP015199/O-6



Yago Freitas de Paula
Contador CRC-MG091499/O-3

Pjus Participações S.A.

Balço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	56.811	7.807	71.215	34.654
Títulos mantidos para negociação	6	-	-	1.025	-
Contas a receber	-	-	-	4	330
Créditos reembolsáveis a receber	-	-	-	4	3
Direitos creditórios	7	-	-	159.790	199
Impostos a recuperar	-	7	1	75	2
Despesas antecipadas	-	-	-	322	216
Créditos com partes relacionadas	8.1	6.272	-	-	-
Outros ativos	-	353	403	694	1.438
Total do ativo circulante		63.443	8.211	233.129	36.842
Ativo não circulante					
Direitos creditórios	7	-	-	398.457	192.983
Créditos com partes relacionadas	8.1	2.395	2.395	2.462	2.462
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	29
Investimentos	9	95.949	65.859	1.451	-
Imobilizado	10	-	-	2.213	1.934
Intangível	11	-	-	5.715	1.711
Direito de uso	12	-	-	1.199	474
Total do ativo não circulante		98.344	68.254	411.497	199.593
Total do ativo		161.787	76.465	644.626	236.435
Passivo circulante					
Contas a pagar	-	1	-	6.628	1.231
Impostos e contribuições a recolher	13	27	-	1.474	1.588
Salários, provisões e obrigações sociais	14	-	-	4.138	2.723
Partes relacionadas	8.2	-	2.428	-	15
Passivo de arrendamento	12	-	-	274	30
Outros passivos circulantes	-	299	211	299	210
Total do passivo circulante		327	2.639	12.813	5.797
Passivo não circulante					
Cotas Seniores Fundo de Investimento	15	-	-	403.638	143.574
Provisão para contingências	16	-	-	36	43
Passivo de arrendamento	12	-	-	1.060	444
Impostos diferidos	21.1	13.447	1.345	13.596	1.411
Outros passivos não circulantes	-	29	193	29	193
Total do passivo não circulante		13.476	1.538	418.359	145.665
Total do passivo		13.803	4.177	431.172	151.462
Patrimônio líquido	17				
Capital social	-	125.500	65.500	125.500	65.500
Reserva de capital	-	5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva de lucros	-	16.617	-	16.617	-
Reserva legal	-	867	-	867	-
Resultados acumulados	-	-	1.788	-	1.788
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		147.984	72.288	147.984	72.288
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	65.470	12.685
Total do passivo e patrimônio líquido		161.787	76.465	644.626	236.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pjus Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	-	-	146.641	43.715
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(19.178)	(10.192)
		-	-	127.463	33.523
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	19	(525)	(104)	(41.709)	(19.082)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	23.748	3.159	1.451	-
Outras despesas		-	(33)	(956)	(573)
		23.223	3.022	(41.214)	(19.655)
Resultado antes do resultado financeiro		23.223	3.022	86.249	13.868
Receitas financeiras		4.662	116	10.809	1.119
Despesas financeiras		(28)	(3)	(47.907)	(8.138)
	20	4.634	113	(37.098)	(7.019)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.857	3.135	49.151	6.849
Imposto de renda e contribuição social	21.2	(200)	(2)	(251)	(2.796)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(12.103)	(1.345)	(12.178)	(1.403)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(12.303)	(1.347)	(12.429)	(4.199)
Resultado líquido do exercício		15.554	1.788	36.722	2.650
Controladores		15.554	1.788	15.554	1.788
Não controladores		-	-	21.168	862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pjus Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	15.554	1.788	36.722	2.650
Resultado abrangente	15.554	1.788	36.722	2.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pjus Participações S.A.

Demonstração do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva lucros	Reserva legal	Resultados acumulados	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do capital social	65.500	-	-	-	-	65.500	-	65.500
Constituição de reserva de capital	-	5.000	-	-	-	5.000	-	5.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.788	1.788	862	2.650
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	11.823	11.823
Saldos em 31 de dezembro de 2021	65.500	5.000	-	-	1.788	72.288	12.685	84.973
Aumento do capital social	60.000	-	-	-	-	60.000	-	60.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.554	15.554	21.168	36.722
Ajuste reflexo de investimento	-	-	-	-	142	142	-	142
Consituição de reserva	-	-	16.617	867	(17.484)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	31.617	31.617
Saldos em 31 de dezembro de 2022	125.500	5.000	16.617	867	-	147.984	65.470	213.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pjus Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	15.554	1.788	36.722	2.650
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	19	-	781	221
Baixa de imobilizado	-	-	-	240
Provisões para perdas e contingências, líquido	-	-	(7)	43
Apropriação de direitos creditórios	7.1	-	(149.981)	(35.477)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	(3.159)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	1.345	12.185	1.411
Juros de arrendamento	-	-	98	-
Juros sobre cotas seniores	20	-	47.661	8.074
	3.909	(26)	(52.541)	(22.838)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	326	(330)
Créditos reembolsáveis a receber	-	-	(2)	54
Direitos creditórios	-	-	(215.085)	(157.483)
Despesas antecipadas	-	-	(106)	(211)
Outros ativos	45	(887)	(347)	(1.914)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	29	(29)
Contas a pagar	1	-	5.397	1.166
Impostos e contribuições a recolher	61	1	771	3.368
Salários, provisões e obrigações sociais	-	-	1.415	2.001
Outros passivos	(78)	887	686	878
	29	1	(206.916)	(152.500)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(34)	(1)	(886)	(2.482)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	3.904	(26)	(260.343)	(177.820)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Subscrição de coas do FIM	9.1	(50.500)	-	-
Títulos mantidos para negociação	6	-	(1.025)	-
Aquisição de participação em investidas	9	-	(1.451)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	-	(4.626)	(3.422)
Aquisição de cotas Pjus Ltda	9.1	(500)	-	-
Efeito de aquisição de controle Pjus Ltda	-	-	-	500
Aumento de capital em controlada	9.1	(11.700)	-	-
	(6.200)	(62.700)	(7.102)	(2.922)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento do capital social	17	65.500	60.000	65.500
Aporte de capital de acionistas não controladores	-	-	31.618	11.823
Cotas Seniores Fundo de Investimento	-	-	212.403	135.500
Reserva de capital	-	5.000	-	5.000
Transações com partes relacionadas	8	33	(15)	(2.427)
	51.300	70.533	304.006	215.396
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	49.004	7.807	36.561	34.654
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.807	-	34.654	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	56.811	7.807	71.215	34.654
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	49.004	7.807	36.561	34.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A Pjus Participações S.A., ("Pjus S.A", "Controladora" ou "Companhia") foi criada em 29 de dezembro de 2020 e iniciou suas operações em 25 de janeiro de 2021, e tem como principais atividades: a Participação no Capital Social de Outras Sociedades, Simples ou Empresárias, como Sócia Acionista ou Quotista, no País ou no Exterior.

A Companhia tem sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em 18 de dezembro de 2020, as partes (XP Vista Asset Management Ltda. e Ativos Judiciais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e, de outro, Frederico Penido de Alvarenga, Ricardo Norberto Ribeiro Júnior, Mariana Valadares Gontijo Fernandes e Rodrigo Mendes Pinto) celebraram um acordo de investimento e Outras Avenças, tal como aditado em 17/03/2021, estabelecendo diretrizes gerais e condições da operação do negócio.

A Companhia mantém participação, direta ou indireta, em Companhias controladas, direta ou indiretamente, cujas atividades principais estão descritas a seguir:

Controladas	Participação	31/12/2022	31/12/2021
PJUS Investimentos em Direitos Creditórios Ltda ("PJUS")	Direta	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIM")	Direta	100,00%	100,00%
PXJUS investimentos em direitos creditórios Ltda. ("PXJUS")	Indireta	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I ("FIDC AJ1")	Indireta	58,18% (*)	81,89% (*)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais II ("FIDC AJ2")	Indireta	50,00% (*)	50,00% (*)
ADJUD I Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não - padronizados	Indireta	15,00% (**)	-
Fundo de investimento em direitos creditórios consórcio	Indireta	33,33% (**)	-

(*) Participação relativas às cotas subordinadas dos fundos de investimento.

(**) Investidas não consolidadas

Controladas diretas

PJUS Investimentos em Direitos Creditórios Ltda ("PJUS") - Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade limitada constituída em 19/02/2018, cujo principal objeto é a prestação de serviços de consultoria especializada a fundos de investimento, por meio de auxílio na prospecção e estruturação de investimentos em direitos creditórios, e a assistência a celebração de contratos de cessão e prestação de serviços com intermediários das operações dos fundos e na condução de carteiras de investimentos dos fundos. Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia detinha 100% de participação sobre esta investida pelo montante de R\$500 mil e mantém o mesmo percentual de participação em 31 de dezembro de 2022.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas diretas--Continuação

Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIM") - Foi constituído em 26 de novembro de 2020 e iniciou suas atividades em 22 e março de 2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a receber aplicações de recursos provenientes exclusivamente de investidores profissionais, nos termos do artigo 9-A da Instrução CVM nº 539 ("ICVM 539"), de 13 de novembro de 2013.

O objetivo do Fundo é investir seus recursos em uma carteira de ativos financeiros que poderá envolver vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial. A meta do fundo será buscar o maior retorno absoluto possível para o Fundo e seus cotistas. Em 22 de março de 2021, a Companhia passou a deter 100% de participação sobre este Fundo e mantém a participação em 31 de dezembro de 2022.

Controladas indiretas

PXJUS investimentos em direitos creditórios Ltda. ("PXJUS") - Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade limitada constituída em junho de 2020, cujo principal objeto é a realização de investimentos em direitos creditórios. A Companhia possui 100% do capital da PXJUS, por meio de participação de sua controlada PJUS e mantém sua participação em 31 de dezembro de 2022.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I ("FIDC AJ1") - iniciou suas atividades em 23 de março de 2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de quinze anos a contar da 1º data de integralização e cotas. As cotas somente serão resgatadas quando da liquidação do Fundo, sendo permitida a amortização das cotas, nos termos do regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detém 58,18% de participação societária sobre este fundo de investimento por meio de 49.042.241,42 cotas subordinadas (31 de dezembro de 2021: a Companhia detinha 81,89% de participação sobre este fundo de investimento, por meio de 44.127.441,95 cotas subordinadas).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I ("FIDC AJ2") - iniciou suas atividades em 06 de julho de 2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de quinze anos a contar da 1º data de integralização e cotas. As cotas somente serão resgatadas quando da liquidação do Fundo, sendo permitida a amortização das cotas, nos termos do regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detém 50% de participação societária sobre este fundo de investimento por meio de 8.379.593.16 cotas subordinadas (31 de dezembro de 2021: a Companhia detinha 50% de participação sobre este fundo de investimento, por meio de 1.500.000,00 cotas subordinadas).

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas--Continuação

Os Fundos FIDC AJ1 e FIDC AJ2, coletivamente denominados “FIDCs” ou “Fundos”, têm como objetivo proporcionar aos cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua carteira, a valorização das cotas por meio da aplicação de recursos preponderantemente em direitos creditórios, assim como a PXJUS.

Investidas

Em 2022 a Companhia adquiriu participação societária nas seguintes investidas, as quais serão, coletivamente, denominadas “Outros Fundos”.

ADJUD I FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS (“ADJUD I”) - iniciou suas atividades em 30 de março de 2022 sob a forma de condomínio de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas em caso de sua amortização integral do Fundo. O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento aos cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do, descrita no regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a companhia passou a deter 15% sobre esta investida por meio de 1.245.307.31 cotas subordinadas.

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSÓRCIO (“Consórcio”) - iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. O Fundo tem por objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação e regulamentação vigente e no Regulamento. Em 31 de dezembro de 2022 a companhia passou a deter 33,33% sobre esta investida por meio de 266.67 cotas subordinadas.

Efeitos da pandemia do COVID-19

Apesar dos efeitos negativos da pandemia de COVID-19 estarem gradualmente em declínio, o Grupo analisou os impactos na elaboração de suas demonstrações financeiras e concluiu que para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 não houve alterações significativas nas operações da Companhia.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão foi autorizada pela Diretoria em 16 de maio de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as demonstrações financeiras.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes utilizadas pela administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativa e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

c) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 3.e) e 9 - investimentos e base de consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida, incluindo fundos de investimento.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia consideram os saldos do FIM, FIDC AJ1 e FIDC AJ2. A Companhia avaliou que sua participação nos fundos de investimento, através de integralidade da participação societária no FIM e maioria da participação nas cotas subordinadas dos fundos de investimento em direito creditório auferem o controle à Companhia. Como resultado da estrutura e regulamento do fundo os detentores das cotas seniores dos fundos de investimento em direito creditório têm o direito a retorno pré-determinado, conforme evidenciado à nota explicativa 15. Dessa forma, os fundos de investimentos em direito creditório e consequentemente a Companhia, estão efetivamente garantindo os retornos aos cotistas seniores. Dessa forma, a Grupo avaliou que os direitos de voto dos cotistas seniores não são um fator dominante na decisão de quem controla a entidade, uma vez que a Companhia detém o controle por meio de efetiva participação na gestão dos fundos de investimento em direito creditório, incluindo processo de prospecção de precatórios, por meio da controlada PJUS, disponibilizados aos fundos de investimento em direito creditório. Portanto, a Companhia concluiu que os fundos de investimento são entidades estruturadas nos termos do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, controlando tais fundos. As cotas seniores são contabilizadas como passivo financeiro de longo prazo, sendo o rendimento do investimento contabilizado como despesas com juros.

d) Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.f e 3.g - Imobilizado e Intangível - determinação da vida útil;
- Nota explicativa 16 - Provisão para demandas judiciais - determinação da probabilidade e valor da perda das demandas judiciais;
- Nota explicativa 18 - Receita líquida - determinação do valor da taxa de performance;
- Nota explicativa 3.k - Contas a receber - perda esperada de crédito;

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

d) Incerteza sobre premissas e estimativas--Continuação

- Nota explicativa 7 e 18 - Direitos creditórios - determinação da taxa de atualização dos montantes dos direitos creditórios

Dessa forma, quando da efetiva liquidação desses ativos ou passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

e) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis.

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada organizada entre participantes do mercado na data da mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber

Os recebíveis, oriundos de prestações de serviços, são reconhecidos à medida em que os serviços prestados são dados como concluídos pelo cliente e o direito à compensação financeira é contratualmente adquirido pela Companhia ou suas controladas.

c) Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios cedidos vincendos têm seu valor calculado de acordo com a apropriação dos respectivos rendimentos (correspondentes ao deságio aplicado sobre o seu valor de face, quando da aquisição dos direitos creditórios pelos Fundos de Direitos Creditórios ("FIDCs"), e/ou à remuneração a receber, como juros ou bônus) exponenciais, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, observado o disposto na Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011.

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios: quando os Fundos adquirem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios: quando os Fundos não adquirem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo o seguinte critério de contabilização:

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Títulos e valores mobiliários--Continuação

Títulos para negociação

São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos e ajustados a valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

e) Investimentos e base de consolidação

Nas demonstrações financeiras da controladora os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da investida, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

i) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

ii) *Cotas de fundos de investimentos*

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em cotas de fundos de investimentos são registrados pelo valor de aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores.

Conforme evidenciado à nota explicativa 2.c, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem os saldos dos fundos de investimento uma vez que a Companhia controla tais entidades.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Investimentos e base de consolidação--Continuação

iii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados em contrapartida ao investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

v) *Participação de não controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

f) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado--Continuação

i) *Reconhecimento e mensuração*--Continuação

O imobilizado, o intangível e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "*Impairment*" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) *Depreciações*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamento de informática	5 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Intangível

Os Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Intangível--Continuação

Ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Intangível--Continuação

Custos de pesquisa e desenvolvimento--Continuação

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Software	Desenvolvimento de produtos
Vida útil	Definida (5 anos)	Definida (5 anos)
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Amortização linear (Quando o ativo estiver disponível para uso)

h) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, sendo o prazo médio dos arrendamentos de 5 anos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento exercer a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de desconto incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Provisão para contingências e depósitos judiciais

Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Companhia e suas controladas continuem questionando as ações. Nestas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia e de suas controladas, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável.

Provisão de contingência

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e diretores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Estes benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Receitas

A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções dos abatimentos e dos descontos.

A receita operacional consolidada da Companhia advém, substancialmente dos Fundos pela apropriação de rendas sobre direitos creditórios, conforme prática evidenciada à nota explicativa 3.c.

Demais receitas

i) Receita de comissões

A Pjus Ltda recebe mensalmente uma remuneração (comissão comercial) pelo serviço de negociação, análise e recomendação de compra de direitos creditórios para fundos de investimento. O valor da comissão é calculado conforme regulamento de cada Fundo, com base na quantidade de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo no mês. O preço de aquisição dos direitos creditórios é determinado pela expectativa de prazo de recebimento dos ativos quando forem pagos pelos Entes Públicos e por um deságio aplicado sobre o valor esperado de recebimento.

Quando da cessão dos direitos creditórios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado, quando existentes.

ii) Receita de taxas de administração

A Pjus Ltda receberá, mensalmente, pelos serviços de consultoria aos Fundos de Investimento, uma Taxa de Administração incidente sobre o Patrimônio Líquido de cada Fundo, conforme regulamento. O Patrimônio Líquido é composto pelos direitos creditórios adquiridos deduzido do passivo correspondente aos recursos captados junto a investidores qualificados como profissionais.

iii) Receita de taxas de performance

A Pjus Ltda fará jus a remuneração semestral a título de performance ("Taxa de Performance"), correspondente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade das Cotas Subordinadas Juniores dos Fundos de Investimento que excederem a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Receitas--Continuação

Demais receitas--Continuação

iv) Receita de RPV

A receita da controlada se origina de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, decorrente de requisição de pagamento de quantia a que entes públicos tenham sido condenados em processo judicial, para valores totais de até 60 salários mínimos ("requisições de pequeno valor" ou RPVs), que poderão prever, conforme a sua origem e natureza, incidência de juros e correção monetária.

v) Provisão para perdas esperadas

Para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos financeiros do grupo, avaliados pelo custo amortizado, deverá ser registrado uma provisão para perdas. A perda por redução no valor de recuperação será mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado, calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve necessidade de constituição de provisão.

l) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

m) Impostos

A Companhia e sua controlada estão enquadradas no seguinte regime de tributação:

- Pjus Participações S.A: Lucro Presumido;
- Pxjus Investimentos em direitos creditórios: Lucro Presumido;
- Pjus Investimentos em direitos creditórios Ltda: Lucro Real.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Impostos--Continuação

As empresas enquadradas no regime de tributação pelo lucro presumido consideram a presunção de 32% sobre a receita, conforme cálculo demonstrado na nota explicativa 21. Em conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/2018) as Empresas deverão apurar o Imposto de Renda à alíquota de 15% e Contribuição Social sobre Lucro Líquido de 9% sobre o lucro real e a controlada sobre o lucro presumido apurado. Adicionalmente, à parcela do lucro real e do lucro presumido que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração está sujeita à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10% (dez por cento), que será apurado juntamente com o imposto de renda apurado pela aplicação da alíquota geral de 15%.

i) *Imposto de renda - Fundos*

Os rendimentos auferidos pelos fundos de investimento são tributados por ocorrência da amortização e/ou resgate de cotas pelas alíquotas regressivas de acordo com o prazo médio da carteira dos Fundos e com o prazo do investimento. O prazo médio é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários, ressaltando-se que os direitos creditórios não são considerados para tal cálculo:

Caso as carteiras dos Fundos tenham prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo superior a 181 a 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo superior a 361 e inferior a 720 dias;
- 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias

Caso as carteiras dos Fundos tenham prazo inferior médio inferior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- e 20% em aplicações com prazo superior a 181 a 360 dias.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Impostos--Continuação

ii) *Tributos diferidos*

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Demais tributos

As receitas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS); a Contribuição para Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para financiar a Seguridade Social (COFINS) conforme regime tributável enquadrado.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Impostos--Continuação

ii) *Tributos diferidos*--Continuação

Demais tributos--Continuação

Esses encargos são apresentados como dedução das receitas na demonstração de resultado.

Impostos recuperáveis ou impostos antecipados são apresentados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado de sua realização.

n) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros. Os saldos de contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com (ou sem) reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima, sendo as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os direitos creditórios são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 não havia perdas estimadas provisionadas para os ativos financeiros da Companhia.

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. Os saldos de cotas sênior são passivos financeiros do Grupo mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros ao custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo. Os saldos de contas a pagar são passivos financeiros do Grupo mensurados ao custo amortizado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

p) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo, com base nos dados observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os insumos utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são as seguintes:

- *Nível 1. Mercado ativo: preço cotado* - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associação de mercado por entidades que visam ter preços divulgados pelas agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento;
- *Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação* - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente a mesmo, análise do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isentos de outros interesses e motivada por considerações comerciais;
- *Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio* - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivados, que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações não negociadas.

4. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revisadas

Novas normas interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis ("CPC"), são as seguintes:

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revisadas-- Continuação

Novas normas interpretações vigentes e não vigentes--Continuação

a) *Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes*

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)	As alterações desses pronunciamentos são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual <i>Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.</i>	01/01/2022
IFRS 1 - <i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i> -	A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. <i>Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo por não ser um adotante pela primeira vez.</i>	01/01/2022
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)	A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. <i>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período.</i>	01/01/2022

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revisadas-- Continuação

Novas normas interpretações vigentes e não vigentes--Continuação

b) *Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes*

- IFRS 17/CPC 50 - Contratos de seguro.
- Alterações ao IAS 1/CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante.
- Alterações ao IAS 8/CPC 23: Definição de estimativas contábeis.
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.
- Alterações ao IAS 12/CPC 32: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos.
- Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	-	2
Bancos	-	-	1.592	2
Aplicações financeiras (a)	56.811	7.807	57.772	13.696
Aplicações sobre cotas de fundos (b)	-	-	11.851	20.954
	56.811	7.807	71.215	34.654

(a) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor. Rentabilidade Indexadas à variação de 100% a 102% do CDI em 2022 e em 2021.

(b) Referem-se a aplicações em Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo, que tem por objetivo buscar acompanhar a variação do certificado de depósito interbancário (CDI), de forma que, no mínimo, 95% dos ativos componentes de sua carteira, estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro em 2022 e em 2021.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Títulos mantidos para negociação

Consolidado

Títulos públicos definitivos				
31/12/2022	Fundo	Vencimento	Custo contábil	Valor de Mercado
Tesouro Selic (LFT)	AJ I	01/06/2028	943	1.000
Tesouro Selic (LFT)	AJ II	01/09/2028	25	25
			968	1.025

Os valores de emissão dos títulos Tesouro Selic (LFTs) foram atualizados pela variação da taxa Selic média da data de emissão até 31 de dezembro de 2022. Os valores apurados foram descontados pela taxa de ágio/deságio, para as respectivas datas de vencimentos dos papéis, apuradas no mercado secundário e divulgadas pela Anbima.

7. Direitos creditórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Precatórios federais	-	-	58.387	199
Precatórios estaduais	-	-	85.523	-
Precatórios municipais	-	-	12.340	-
Pré-precatórios estaduais	-	-	1.246	-
Processos trabalhistas	-	-	2.294	-
	-	-	159.790	199
Não circulante				
Precatórios federais	-	-	102.761	65.947
Precatórios estaduais	-	-	214.589	103.749
Precatórios municipais	-	-	73.945	20.313
Pré-precatórios estaduais	-	-	6.046	2.782
Processos trabalhistas	-	-	1.116	192
			398.457	192.983
	-	-	558.247	193.182

7.1. Movimentação dos direitos creditórios

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	193.182	-
Aquisição de controle	-	159
Aquisições de direitos creditórios	301.561	165.547
Apropriação de rendas sobre direitos creditórios	149.981	35.477
Recebimento de títulos de direitos creditórios	(87.280)	(8.001)
Outros	803	-
Saldo no final do exercício	558.247	193.182

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Direitos creditórios--Continuação

7.2. Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios a serem adquiridos pela Companhia, através dos fundos de investimentos em direito creditório e PXJUS são decorrentes:

- (i) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, constituídos por sentenças transitadas em julgado protocoladas no curso de ações judiciais contra os devedores e representados por precatórios emitidos em virtude de execução de sentenças respectivas ("precatórios");
- (ii) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, constituídos por sentenças transitadas em julgado protocoladas, com os respectivos cálculos devidamente homologados pelo juízo competente, no curso de ações judiciais contra os devedores, ainda não representadas por precatórios emitidos em virtude de execução de sentenças respectivas ("pré-precatórios");
- (iii) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, apenas federal, decorrente de requisição de pagamento de quantia a que a fazenda pública federal foi condenada em processo judicial, para valores totais de até 60 salários-mínimos ("requisições de pequeno valor"), que poderão prever, conforme a sua origem e natureza, incidência de juros e correção monetária; e
- (iv) de direitos creditórios decorrentes de obrigações de natureza trabalhista ou não (inclusive cível e consumerista), devidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ("devedores"), que constituam o objeto de ações judiciais em curso (fase judicial) ou cuja reclamação esteja na iminência de ser ajuizada (fase pré-judicial), que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do fundo ("carteira") descrita no regulamento.

As taxas praticadas nas operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios variam de acordo com o prazo de vencimento dos direitos creditórios, podendo variar indeterminadamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as taxas praticadas variaram, respectivamente, entre 0,18% e 6,53% a.m e 0,21% e 5,40% a.m.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Partes relacionadas

8.1. Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Adiantamento para aumento de capital (a)	6.272	-	-	-
Não circulante				
Mútuos a receber de sócios (b)	2.395	2.395	2.462	2.462
	8.667	2.395	2.462	2.462

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital efetuado por acionistas da Companhia a ser integralizado na forma de aumento de capital, em moeda nacional, sem nenhum tipo de indexação ou correção monetária, durante o exercício de 2023 na controlada Pjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda.

(b) A previsão de liquidação desses mútuos com os sócios é no primeiro trimestre de 2024. Não há incidência de juros compensatórios ou de correção monetária sobre os valores mutuados.

8.2. Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Mútuo com a Pjus Ltda	-	2.428	-	-
Mútuo a pagar a sócios	-	-	-	15
	-	2.428	-	15

8.3. Remuneração da Administração

Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios da Companhia e suas controladas, sendo remunerados de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada.

A Companhia e suas controladas remuneraram os administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, o montante de R\$1.851 e R\$1.858.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FIM Crédito Privado Ativos Judiciais (a)	92.163	54.456	-	-
Outros Fundos (b)	-	-	1.451	-
Pjus Investimentos Em Direitos Creditórios Ltda	3.786	11.403	-	-
	95.949	65.859	1.451	-

(a) Os Fundos de Investimentos em créditos privados da Controladora são mensurados ao valor justo das cotas.

(b) Os investimentos no Consolidado se referem a Outros Fundos (ADJUD I e Consórcio), sobre os quais a Companhia não possui controle ou influência significativa.

9.1. Movimentação

As alterações registradas na rubrica Investimentos fundos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	65.859	-
Subscrição de cotas do FIM (a)	6.200	50.500
Aquisição de cotas Pjus Ltda (b)	-	500
Aumento de capital	-	11.700
Resultado de equivalência	23.748	3.159
Ajuste reflexo de investimento	142	-
Saldo no final do exercício	95.949	65.859

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 a Pjus S.A detinha, respectivamente, 48.349.175,625968 cotas, que equivalem ao montante de R\$54.456, e 53.192.686,37681288 cotas, que equivalem ao montante de R\$92.163. Não houve amortização das cotas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

(b) Em 25 de janeiro de 2021 a Pjus S.A adquiriu 100% das cotas da Companhia pelo valor de R\$500, os quais foram transferidos à contraparte na data da transação. A PJUS Ltda e PJUS S.A. são Companhias sob controle comum e, portanto, a transação foi feita em valor patrimonial.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Instalações	-	-	586	574
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	19	8
Equipamentos de informática	-	-	991	690
Moveis e utensílios	-	-	801	579
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	331	-
Benfeitorias em andamento	-	-	-	291
Total do Imobilizado	-	-	2.728	2.142
Depreciação acumulada	-	-	(515)	(208)
Total do Imobilizado Líquido	-	-	2.213	1.934

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Imobilizado--Continuação

Movimentação

Consolidado

	Saldo Inicial					Saldo Final				
	31/12/2020	Aquisição de controle	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2021	Adição	Transferência	Depreciação	31/12/2022
	(não auditado)									
Em operação										
Instalações	-	-	574	-	(14)	560	12	-	(59)	513
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	8	-	-	8	11	-	(1)	18
Equipamentos de informática	-	567	363	(240)	(141)	549	302	-	(171)	680
Moveis e utensílios	-	117	462	-	(53)	526	221	-	(69)	678
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	331	(7)	324
Em obras										
Benfeitorias em andamento	-	-	291	-	-	291	40	(331)	-	-
	-	684	1.698	(240)	(208)	1.934	586	-	(307)	2.213

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Software em andamento (a)	-	-	3.316	1.613
Ágio (b)	-	-	142	-
Software	-	-	2.448	111
Amortização	-	-	(191)	(13)
	-	-	5.715	1.711

(a) O software em andamento refere-se principalmente para inovação dos sistemas voltado às operações de prospecção e captação de clientes para aquisição de carteira de direitos creditórios.

(b) Ágio gerado na aquisição de participação adicional na controlada Pxjus em 2021.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Intangível--Continuação

Movimentação

Consolidado

	31/12/2020 (não auditado)	Adição	Amortização	31/12/2021	Adição	Transferência	Amortização	31/12/2022
Software	-	111	(13)	98	-	2.338	(178)	2.257
Software em andamento	-	1.613	-	1.613	4.040	(2.338)	-	3.316
Ágio	-	-	-	-	142	-	-	142
	-	1.724	(13)	1.711	4.182	-	(178)	5.715

12. Direito de uso e passivos de arrendamento

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de aproximadamente 10,65% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada. A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 2022:

Direito de uso	31/12/2020 (não auditado)	Adição	31/12/2021	Adição	Depreciação	31/12/2022
Imóveis	-	474	474	1.020	(295)	1.199
	-	474	474	1.020	(295)	1.199

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Direito de uso e passivos de arrendamento--Continuação

Passivos de arrendamentos	31/12/2020 (não auditado)	Adição	31/12/2021	Adição	Provisão Juros	Transf.	Amortização	31/12/2022
Circulante	-	30	30	192	15	295	(258)	274
Não circulante	-	444	444	827	83	(295)	-	1.060
	-	474	474	1.019	98	-	(258)	1.334

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS a recolher	-	-	408	185
PIS e COFINS a recolher	-	-	464	164
IRPJ e CSLL a recolher	27	-	42	833
IRRF a recolher	-	-	511	374
Outros impostos a recolher	-	-	49	32
	27	-	1.474	1.588

14. Salários, provisões e obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salário a pagar	-	-	1.805	1.324
Pró-labore a pagar	-	-	25	89
Provisão de férias	-	-	1.721	821
INSS / FGTS a recolher	-	-	533	322
Indenizações trabalhistas a pagar	-	-	-	155
Outros	-	-	54	12
	-	-	4.138	2.723

15. Obrigações por contas de fundo de investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cotas seniores de fundo de investimento	-	-	403.638	143.574
	-	-	403.638	143.574

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Obrigações por contas de fundo de investimento--Continuação

Movimentação Cota Seniores

Cota seniores	R\$	Quantidade	31/12/2022	R\$	Quantidade	31/12/2021
Cotas seniores I	1,08	29.530	31.934	-	-	-
Cotas seniores II	1,11	100.660	111.640	-	-	-
Saldo Inicial	1,10	130.190	143.574	-	-	-
Cotas seniores I	1,10	38.581	42.430	1,02	29.530	30.000
Cotas seniores II	-	-	-	1,05	100.660	105.500
Cota Seniores III	1,11	73.578	81.920	-	-	-
Cota Seniores IV	1,02	105.727	108.288	-	-	-
Cotas Emitidas	1,07	217.886	232.638	1,04	130.190	135.500
Cota Seniores I	-	-	(7.214)	-	-	-
Cota Seniores II	-	-	(5.226)	-	-	-
Cota Seniores III	-	-	(7.794)	-	-	-
Cotas Amortizadas	-	-	(20.234)	-	-	-
Cotas seniores I	1,19	68.111	80.796	1,08	29.530	31.934
Cotas seniores II	1,20	100.660	120.815	1,11	100.660	111.640
Cotas seniores III	1,19	73.578	87.280	-	-	-
Cotas seniores IV	1,09	105.727	114.747	-	-	-
Saldo Final	1,16	348.076	403.638	1,10	130.190	143.574

15.1. Subscrição e integralização de cotas

O FIDC AJI foi lançado em março de 2021 e emitiu cotas seniores por meio de oferta pública a investidores institucionais qualificados. O objetivo desse FIDC é adquirir recebíveis oriundos de direitos creditórios, conforme explicitado à nota 7.

A partir da data da primeira integralização das cotas seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da cota de fechamento no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no exercício com a remuneração de 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (Spread) de aproximadamente 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) ao ano e, cotas seniores com remuneração de IPCA acrescida de uma sobretaxa (Spread) de 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco por cento) ao ano. As cotas seniores têm prazo de resgate de 60 meses a partir da 1ª data de integralização das cotas. Os retornos residuais dos FIDCs, se houver, são pagos às cotas subordinadas. A Companhia detém a maioria das cotas subordinadas dos FIDCs.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$403.638 (R\$143.574 em 31 de dezembro de 2021) referente às cotas seniores fundo de investimento, foram considerados como um passivo financeiro, uma vez que não atendeu as condições que qualifica um instrumento patrimonial, uma vez que há uma obrigação contratual de pagamento em caixa das cotas seniores, conforme rendimento previsto, e não há possibilidade de liquidação em instrumentos patrimoniais.

Sendo que a atualização das cotas seniores em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$47.661 (R\$8.074 em 31 de dezembro de 2021) foi reconhecida no resultado do exercício como despesa financeira (vide nota explicativa 20).

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

16. Provisão para demandas judiciais

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a controladora e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões trabalhistas para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro (2020 não auditado)	43	-
Provisões	(7)	43
Saldos em 31 de dezembro	36	43

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía causas cujas probabilidades de perda foram classificadas como possíveis no valor de R\$662. Em 31 de dezembro de 2021 não havia causas cujas probabilidades de perda fossem classificadas como possíveis.

17. Capital social e reservas

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 125.500 (cento e vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) dividido em 76.833.369 (setenta e seis milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 65.500 (sessenta e cinco milhões e quinhentos mil reais) dividido em 70.108.348 (setenta milhões, cento e oito mil, trezentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva de capital

Conforme estabelecido no Estatuto Social do Grupo, o lucro remanescente após distribuição de dividendos e constituição de reserva legal será destinado à formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas. Adicionalmente, a Companhia registra o efeito reflexo de transações em reserva de capital de controladas, em consonância com o IPC 09.

Reserva legal

O Estatuto Social do Grupo prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços prestados (a)	-	-	1.348	5.143
Receita de outras atividades (b)	-	-	459	5.190
Receitas com títulos precatórios (c)	-	-	149.755	35.288
Receita Bruta	-	-	151.562	45.621
ISS S/ Serviços Prestados	-	-	(1.721)	(961)
PIS / COFINS s/ faturamento	-	-	(3.192)	(936)
Outros impostos	-	-	(8)	(9)
Total das deduções	-	-	(4.921)	(1.906)
Total da receita líquida	-	-	146.641	43.715

- (a) Refere-se a receita de taxa administrativa, comissão e taxa de performance faturadas conforme cálculos previstos nos regulamentos dos fundos.
(b) As Receitas de outras atividades se referem à valorização de RPV.
(c) Refere-se a receita do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I e, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais II.

19. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	-	-	(25.878)	(14.997)
Tecnologia e informática	-	-	(2.158)	(1.395)
Serviços prestados	(224)	(61)	(10.120)	(5.730)
Taxa de gestão	-	-	(3.933)	(1.324)
Taxa de performance	-	-	(4.855)	(443)
Taxa de administração (a)	-	-	(2.453)	(307)
Despesas taxa CVM	-	-	(211)	(22)
Manutenção	-	-	(429)	(261)
Comissões	-	-	(734)	(326)
Materiais e ferramentas	-	-	(84)	(188)
Despesas cartorária	-	-	(6.410)	(2.083)
Contingências	-	-	7	(43)
Publicidade e propaganda	-	-	(335)	(222)
Telecomunicações	-	-	(181)	(213)
Depreciação e amortização	-	-	(781)	(221)
Energia elétrica	-	-	(262)	(90)
Despesas tributárias	(1)	(2)	(71)	(45)
Outras despesas / custos	(300)	(41)	(1.999)	(1.364)
	(525)	(104)	(60.887)	(29.274)
Classificação por função				
Custos dos serviços prestados	-	-	(19.178)	(10.192)
Despesas gerais e administrativas	(525)	(104)	(41.709)	(19.082)
Total	(525)	(104)	(60.887)	(29.274)

- (a) Taxa de Administração: É cobrada dos fundos, serviços de administração, gestão, custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, bem como pelos serviços de distribuição, escrituração da emissão e resgate de cotas, pagas aos gestores e administradores dos fundos.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicações financeiras	4.662	116	5.017	281
Descontos obtidos	-	-	-	1
Rendimento de aplicações de fundos	-	-	5.792	837
Total das receitas financeiras	4.662	116	10.809	1.119
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valorização cotas seniores (a)	-	-	(47.661)	(8.074)
Despesas bancárias	-	(2)	(27)	(23)
Juros passivos	-	(1)	(31)	(22)
IOF	(28)	-	(90)	(19)
Juros de arrendamento	-	-	(98)	-
Total das despesas financeiras	(28)	(3)	(47.907)	(8.138)
Resultado financeiro	4.634	113	(37.098)	(7.019)

(a) Referem-se aos juros incorridos sobre os recursos captados através de cotas seniores junto aos investidores qualificados como profissionais, recursos esses utilizados para a aquisição dos direitos creditórios.

21. Imposto de renda e contribuição social

21.1. Composição do passivo de IRPJ e CSLL - diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ diferido	(9.887)	(989)	(9.986)	(1.031)
CSLL diferido	(3.560)	(356)	(3.595)	(372)
	(13.447)	(1.345)	(13.581)	(1.403)
Pis e Cofins Diferido	-	-	(15)	(8)
	(13.447)	(1.345)	(13.596)	(1.411)

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

21.2. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição com base no lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social reconhecida no resultado do período é demonstrada como segue:

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	Alíquota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Corrente					
Receita operacional		-	-	201	25.666
Base de Cálculo Lucro Tributável (A)	32%	-	-	64	8.213
Rendimento financeiro (B)		656	7	786	94
Base de Cálculo (A+B)		656	7	851	8.307
IRPJ	15%	(98)	(1)	(128)	(1.246)
Adicional	10%	(43)	-	(46)	(802)
Despesa c/ IRPJ		(141)	(1)	(174)	(2.048)
Despesa c/ CSLL	9%	(59)	(1)	(77)	(748)
Total corrente		(200)	(2)	(251)	(2.796)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir demonstramos os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	Alíquota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Diferido					
Receita operacional		-	-	192	233
Base de cálculo	32%	-	-	62	75
IRPJ s/ base de cálculo	25%	-	-	(15)	(19)
CSLL s/ base de cálculo	9%	-	-	(6)	(7)
Rendimento financeiro		35.594	3.956	35.756	4.051
IRPJ s/ rendimento financeiro	25%	(8.899)	(989)	(8.939)	(1.012)
CSLL s/ rendimento financeiro	9%	(3.204)	(356)	(3.218)	(364)
Despesa c/ IRPJ		(8.899)	(989)	(8.954)	(1.031)
Despesa c/ CSLL		(3.204)	(356)	(3.224)	(372)
Total despesa diferido		(12.103)	(1.345)	(12.178)	(1.403)
Despesas c/ Pis/Cofins diferidos		-	-	(7)	(8)
Total passivo diferido		(12.103)	(1.345)	(12.185)	(1.411)

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

21.2. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL--Continuação

Os impostos diferidos referem-se ao provisionamento de imposto de renda e contribuição social sobre o reconhecimento do ganho da participação nos Fundos. A PJUS S.A. irá tributar o rendimento de forma efetiva às alíquotas combinadas de 34% de IR/CS quando do resgate das cotas. A despesa de IRPJ e CSLL foi reconhecida em contrapartida ao saldo do passivo.

22. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pelo grupo são às aplicações financeiras, aplicações em investimentos, contas a receber e recebíveis de precatório.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

22.1. Gestão dos riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. Entre esses riscos destacam-se:

Risco de mercado (risco de taxa de juros): os ativos financeiros compostos por aplicações em CDB-DI, cotas de fundos de investimentos e direitos creditórios estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente às notícias e expectativas econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a fatos específicos a respeito dos respectivos emissores. Além disto, ainda há possibilidade de ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de seus preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.1. Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado (risco de taxa de juros)--Continuação

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Indexador	Ativos financeiros	Passivos financeiros
CDI	Aplicações financeiras e fundos de investimento renda fixa	-
CDI e IPCA	-	Cotas seniores de fundo de investimento

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2023, conforme detalhado abaixo:

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2023 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2022, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2022 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2023. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2023 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2022	Taxa anual estimada p/ 2023	Variação entre taxas	Efeito
Cenário Provável						
CDI	69.622		13,75%	12,50%	-1,25%	(870)
CDI + 6,5%		403.638	20,25%	19,00%	-1,25%	(5.045)
Cenário I						
CDI	69.622		17,19%	15,63%	-1,56%	(1.088)
CDI + 6,5%		403.638	23,69%	22,13%	-1,56%	(6.307)
Cenário II						
CDI	69.622		20,63%	18,75%	-1,88%	(1.305)
CDI + 6,5%		403.638	27,13%	25,25%	-1,88%	(7.568)

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2022, conforme detalhado abaixo:

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.1. Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado (risco de taxa de juros)--Continuação

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2022 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2021, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2021 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2022. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2022 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Taxa anual estimada p/ 2022	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável						
CDI	34.650		4,42%	13,25%	8,83%	3.060
CDI + 6,50%		143.574	10,92%	19,25%	8,83%	12.678
Cenário I						
CDI	34.650		5,53%	16,56%	11,04%	3.824
CDI + 6,50%		143.574	12,03%	23,06%	11,04%	15.847
Cenário II						
CDI	34.650		6,63%	19,88%	13,25%	4.589
CDI + 6,50%		143.574	13,13%	26,06%	13,25%	19.016

Risco de crédito: é o risco de perda financeira da Companhia caso um emissor ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de direitos creditórios na investida.

A realização dos direitos creditórios depende do adimplemento da Fazenda Pública e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos, sendo que, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A Fazenda Pública poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.1. Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Risco de liquidez: em decorrência da iliquidez dos direitos creditórios, existe a possibilidade de o Fundo não estar apto a efetuar pagamentos relativos a amortizações de cotas eventualmente solicitado pelos cotistas ou resgate de cotas, na forma permitida na regulamentação vigente. A falta de liquidez pode, ainda, provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos ou em operações similares. Caso o cotista queira se desfazer dos seus investimentos no Fundo, o mercado secundário para negociação de tais cotas apresenta baixa liquidez, não havendo garantia de que os cotistas conseguirão alienar suas cotas pelo preço e no momento desejado.

A investida Pxjus também está exposta ao risco de crédito de seus valores de direitos creditórios. A realização desses direitos creditórios depende do adimplemento da Fazenda Pública e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos, sendo que, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. Porém, a administração entende que o risco é baixo, uma vez que os direitos creditórios (RPVs) são adquiridos após transitado em julgado.

Abaixo tabela com a expectativa dos fluxos de caixa dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Contas a pagar	1	-	-	1
	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Contas a pagar	6.986	-	-	6.986
Cota seniores fundo de investimento	-	403.638	-	403.638
Passivo de arrendamento	274	420	639	1.334

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.1. Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Abaixo tabela com a expectativa dos fluxos de caixa dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Débitos com partes relacionadas	-	2.428	-	2.428
	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Contas a pagar	1.231	-	-	1.231
Cotas seniores fundo de investimento	-	143.574	-	143.574
Passivo de arrendamento	30	106	338	474
Débitos com partes relacionadas	-	15	-	15

Derivativos: nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

Controladora		Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Partes relacionadas	Custo amortizado		8.667	2.395
Passivos financeiros				
Partes relacionadas	Custo amortizado		-	2.428
Consolidado		Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Direitos creditórios	Valor justo por meio do resultado		558.247	193.182
Partes relacionadas	Custo amortizado		2.462	2.462
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado		-	29
Passivos financeiros				
Passivos de arrendamento	Custo amortizado		1.334	474
Cotas seniores de fundo de investimento	Custo amortizado		403.638	143.574
Partes relacionadas	Custo amortizado		-	15

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.1. Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos de contas a receber de clientes, créditos reembolsáveis a receber e contas a pagar estejam próximos de seus valores justos. Adicionalmente, o caixa e equivalente de caixa e direitos creditórios estão mensurados aos seus e valores justos.

23. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia e controladas avaliam anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
